

## Vereadoras e a Política Local: construção de um projeto de igualdade de gênero?

*Concejalas y la Política Local: construcción de un proyecto de igualdad de género?*

*Councilwomen and Local Politics: is the construction of a gender equality project in progress?*

**Mary Ferreira**

**Resumo:** as câmaras municipais são consideradas espaços de poder que oportunizam aos vereadores/as a discussão e/ o confronto de ideias no plenário, mediante conhecimento sobre problemas que afetam o município. Neste sentido e conforme dados coletados por meio de entrevistas e de observação, no presente artigo, analisa-se a ação das vereadoras e vereadores dos municípios Senador La Roque e Chapadinha/ Maranhão.

**Palavras-chave:** vereadoras, política, gênero, poder.

**Resumen:** los Ayuntamientos son considerados espacios de poder que dan oportunidad a los concejales/as para discutir y/o confrontar ideas en el pleno, por medio de conocimiento sobre problemas que afectan el Municipio. En este sentido y según datos recogidos a través de entrevistas y de la observación, en el presente artículo, se analiza la acción de las concejalas y concejales de los Municipios Senador La Roque y Chapadinha/Maranhão.

**Palabras clave:** concejalas, política, género, poder.

**Abstract:** city councils are considered to be spaces of power that afford their members opportunities for discussions and confrontation of ideas about the problems faced by the municipality. Bearing that in mind and grounded on data collected through interviews and field observation carried, the present study, analyzes the performances of both the councilmen and the councilwomen of the municipalities of Senador La Roque and Chapadinha, in the State of Maranhão, Northeastern Brazil.

**Keywords:** councilwomen, politics, gender, power.

---

**Mary Ferreira** é Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Mestre em Políticas Públicas e Doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. **E-mail:** [mmulher13@hotmail.com](mailto:mmulher13@hotmail.com)

---

## INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a importância de o legislativo questionar o papel de deputadas, deputados, vereadores e vereadoras. Indaga-se também qual deve ser o real papel do prefeito e/ou prefeita. Os legislativos têm sido em grande parte um lugar destinados aos homens, haja vista que poucas mulheres conseguiram se inserir neste mundo ainda inacessível. A prova disto são os 12% de participação das mulheres nos diversos legislativos brasileiros. Vale ressaltar que, embora pouco saiba, grande parte dos projetos aprovados e de interesse do segmento feminino foram, em sua maioria, legislados por mulheres.

No Maranhão, por exemplo, a ação das deputadas é percebida em rápidas passagens pela tribuna, em discursos que marcam a diferença ao trazerem questões saídas da invisibilidade do mundo privado para constituírem matérias políticas, na medida em que se tornam leis sob pressão dos movimentos de mulheres e feministas.

Ao analisarmos o cenário político maranhense e avaliarmos os projetos encaminhados pelas parlamentares e que interferiram na vida das mulheres, consideramos que parte desses projetos teve como estratégia transformar relações de gênero, embora alguns não tenham sido aprovados. Nesse sentido, vale ressaltar os projetos de: reestruturação da Delegacia Especial da Mulher; criação da Defensoria Pública da Mulher; criação da Vara de Defesa da Mulher. Assim também, foram implementados, por iniciativa das deputadas, inúmeros projetos de geração de renda objetivando melhorar as condições de vida das mulheres pobres. Por esta razão, pode afirmar que as mulheres conscientes de seu papel social e político fazem a diferença nos legislativos (FERREIRA, 2010)

Ao refletirmos sobre a ação das parlamentares, chamamos a atenção sobre a forma de como discutem os projetos e atuam nas comissões legislativas e nas intervenções na tribuna. A atuação das deputadas se dá de diversas formas, dentre as quais destacamos a mediação com o executivo nos projetos de interesse das mulheres respondendo aos

apelos dos diferentes movimentos de mulheres nos seus diversos campos de atuação: rural, mulheres negras, indígenas, articulações de saúde, de direitos reprodutivos.

E as vereadoras? Como atuam? Quais as questões que norteiam sua ação política nas Câmaras Municipais? Embora não tenhamos ainda dados consolidados que demonstrem a ação das/os e vereadoras/es maranhenses<sup>1</sup> ressaltamos que o papel das mesmas está entre as funções municipais mais importantes.

Neste sentido e com base nos dados parciais da pesquisa “Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão”, coletados em cinco cidades maranhenses, no presente artigo é analisada a situação dos municípios de Chapadinha e Senador La Roque, os quais se destacam pela forte presença feminina nas Câmaras Municipais. Para isso, a abordagem privilegiará três aspectos: qual deve ser o papel de uma vereadora ou vereador; o olhar da população sobre a ação das vereadoras; e como tem se efetivado a ação das mesmas nos dois municípios mencionados.

## **1. As Mulheres nas Câmaras e Prefeituras Municipais: políticas públicas e relações de gênero no parlamento e no executivo**

O Brasil possui 5565 Municípios. Desses, 666 são administrados por mulheres, eleitas em 2012, representando 11,9% em relação às eleições de 2008, em que se elegeram 506 prefeitas, representando 9,09% das mulheres. Houve um aumento de 31% em relação à eleição de 2008. Nesta, porém, foi eleita apenas uma mulher para administrar uma capital: Teresa Surita, do PMDB, eleita com 39,26% dos votos válidos para a Cidade de Boa Vista (Roraima). Em 2008, foram eleitas Luizianne Lins (PT), em Fortaleza

<sup>1</sup> O estudo **Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão** demonstra que ainda existe uma relação muito dúbia, visto que grande parte das prefeitas desconhece a importância da incorporação da categoria gênero na gestão pública. Em se tratando das vereadoras, estas reclamam do tratamento pouco respeitoso dispensado pelos prefeitos aos vereadores, em especial às vereadoras (FERREIRA, 2010).

(CE); e Mícarla de Souza (PV), em Natal (RN). Houve disputas acirradas de mulheres em prefeituras, como a de Manaus, que levou para a disputa do segundo turno a senadora Vanessa Grazziotte (PCdoB), perdendo a eleição para o ex-senador Artur Virgílio Neto (PSDB), forte adversário do Partido dos Trabalhadores.

Se considerarmos que nas eleições de 1972, segundo Eva Blay (1979), foram eleitas apenas 60 mulheres para as prefeituras municipais - período em que vigorava a ditadura e em que não eram permitidas eleições nas capitais, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo Presidente da República (muitos eram conhecidos nos meios políticos como prefeitos biônicos)-- podemos afirmar, então, que nos últimos quarenta anos não houve aumento acentuado, já que as mulheres representam apenas 11% das prefeitas eleitas e 13,3% das vereadoras. Os dados apresentados por Eva Blay ilustram claramente como tem sido lenta a ascensão das mulheres nos cargos decisórios.

No Brasil, pesquisa realizada em 1958 revelava que naquela época tinham sido eleitas 5 prefeitas. Destas, quatro foram por municípios da Região Nordeste do País e uma na Região Sul. Em 1973, a mesma instituição realizou outra pesquisa e constatou que, dos 3950 municípios brasileiros, 54 eram dirigidos por mulheres. Verificamos nesta pesquisa que, na verdade, são 60 (BLAY, 1979, p.19).

É importante ressaltar que a eleição de 2012 teve uma importância muito significativa para as mulheres, tendo em vista que foi a primeira realizada sob a vigência da Lei 12.034/2009, que alterou a Lei 9.096/95 e a Lei 9.504/97, estabelecendo que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Embora grande parte dos diretórios municipais e regionais não tenha cumprido a lei, sabe-se que houve alertas por parte dos Tribunais Regionais aos partidos para o cumprimento das cotas.

Dentre os estados que alcançaram maior número de prefeitas eleitas, estão: Minas Gerais, setenta e uma prefeitas; São Paulo, sessenta

e sete; Bahia, sessenta e quatro, Paraíba, quarenta e nove; Maranhão, quarenta prefeituras eleitas. Regionalmente, “norte e nordeste foram onde as mulheres tiveram o melhor desempenho em termos percentuais, com 14,8% e 15,5%, respectivamente”: (ESCANDIUZZI, 2012, p.1). Relativamente aos partidos que mais elegeram prefeitos, o PMDB se destaca pela conquista de 1024 das 5568 prefeituras, seguido do PSDB, que elegeu 702, e do Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeu 635. Segundo análise de Rodrigues (2012) com base em dados do TSE, o PT foi o partido que mais cresceu e que mais recebeu votos.

Esses dados refletem as alterações que a sociedade vivenciou nas três últimas décadas, notadamente a partir de 1988, quando o Brasil promulgou sua 7ª Constituição após um longo período ditatorial. Nas suas análises sobre o Brasil, Skidmore (1988, p.594) enfatiza que:

Somente de 1946 a 1964 o Brasil teve experiência de democracia eleitoral de massa. Este regime sucumbiu a um golpe possibilitado por uma crise econômica com profunda polarização política e grave deficiência de liderança política. Vinte e três anos depois, é possível institucionalizar uma nova e estável democracia de massa? Poderão seus líderes aplicar políticas que promovam o rápido crescimento econômico e também elevar o padrão de vida dos mais pobres?

Os indicadores sociais dos últimos cinco anos respondem de forma afirmativa ao questionamento do referido autor, principalmente se considerarmos que “o Brasil foi a primeira democracia latino-americana a sofrer um golpe militar na década de 60 e a última a se livrar da camisa de força do autoritarismo” (SKIDMORE, 1988, p.594).

Nos últimos anos, principalmente no período de 2002 a 2012, o Brasil sofreu mudanças significativas, quando a sociedade passou a vivenciar um novo momento após a eleição do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, eleito por dois mandatos, e a partir de 2010, com a eleição de Dilma Rousseff, eleita para o exercício de 2010-2014. Tais mudanças são evidentes na alteração de alguns indicadores sociais que transformaram a vida das camadas mais empobrecidas, na medida em que oportunizaram

acesso ao trabalho, à renda, ao ensino superior e aos espaços de cultura. Além disso, houve uma divisão mais equitativa dos recursos federais entre os Estados.

No que se refere à educação, houve avanços significativos, principalmente com a implantação da lei das cotas para negros nas universidades públicas, garantindo a inclusão de setores marginalizados e ampliando a democracia no País. Nesse período, o número de brasileiros com ensino superior completo aumentou em 400% na última década, passando de 5,5 milhões em 2000 para 25,5 milhões em 2010. Estes dados representam 13,39% da população brasileira. Embora seja ainda um número pouco representativo, podemos inferir que houve um aumento acentuado na última década, se considerarmos que em 2000 apenas 2,7% população possuía diploma de nível superior (IBGE, 2010). Houve também aumento nos indicadores de cultura com a implantação de um programa de políticas públicas para as bibliotecas, que passaram a ser integradas a uma rede de bibliotecas públicas, com acervos atualizados e de qualidade, levando leitura e informações a grande parte dos municípios brasileiros, embora esse programa não tenha sido implementado a contento no Maranhão.

Em se tratando de políticas de igualdade de gênero, o Estado brasileiro, desde 2002, vem adotando um conjunto de políticas públicas mediante o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM, cujas propostas estão articuladas em dez eixos temáticos, visando superar o problema da violência de gênero, educação diferenciada, sub-representação no poder, salários desiguais e, ao mesmo tempo, objetivando criar uma nova cultura política em que as mulheres passem a ser sujeito de direitos. Para Menicucci (2012, p.17):

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é um marco do compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento às desigualdades de gênero e demais formas de desigualdades que afetam as mulheres brasileiras. É um instrumento que permite tornar o compromisso do Estado em ações concretas para as mulheres.

Destacam-se neste plano as ações de combate à violência de gênero, entre as quais está a construção do Pacto Nacional da Violência

de Gênero, responsável por um amplo processo de discussão com a sociedade e movimentos de mulheres, que vêm, ao longo dos últimos anos, adotando medidas para melhorar as condições das Delegacias, capacitar os operadores de direito, criar casas abrigo e redes de proteção às mulheres vítimas de violência, entre outras ações.

Os dados apontados demonstram que o Brasil tem criado mecanismos para superar as desigualdades sociais mediante um conjunto de políticas e ações. E os Estados? E as Prefeituras? Como estas têm atuado? Como se dão as relações de gênero no poder municipal? E as vereadoras, como percebem seus mandatos? Quais as preocupações levantadas em seus mandatos parlamentares? Quais os projetos que têm apresentado? Quais as dificuldades que apontam no exercício parlamentar? Como se dão as relações de gêneros no poder municipal? Como a população percebe as vereadoras e vereadores?

## **2. Como Atuam as/os Vereadoras/es e qual Deve Ser a Atitude no Município?**

O Brasil tem 57.337 vereadoras e vereadores, sendo 49.689 homens e 7648 mulheres eleitos na eleição de 2012. As mulheres representam 13,3% das vereadoras espalhadas nas 5568 câmaras dos municípios do Brasil. Houve um aumento simbólico, uma vez que ainda são muitos os desafios para construir paridade de gênero na política. Dos partidos que mais elegeram vereadores, destacamos o PMDB, PSDB e PT. Em termos proporcionais, o Partido dos Trabalhadores foi o que mais elegeu representantes do povo nas câmaras municipais. Segundo dados do TSE, o PT é o “partido com o maior número de cadeiras de vereadores nas capitais e também o que mais cresceu entre as maiores legendas” (ELEIÇÃO, 2012, p.1).

Os vereadores e vereadoras são eleitos com a responsabilidade de criar leis municipais, entre as quais a Lei Orgânica – considerada a “Constituição Municipal” – nesta Lei, estão transcritas as diretrizes que

devem ser seguidas pelos Poderes Executivo e Legislativo e também pelos moradores da cidade.

As câmaras municipais são parte do estado democrático de direito. A estas instituições é atribuído um conjunto de funções e designações e delas depende a fiscalização dos recursos públicos. Elas podem ser um espaço educativo para a população, à medida que cumprirem fielmente seu papel político e social. Para Vilaneto (2006, p.21):

As instituições municipais estão hoje presentes no mundo moderno e, cada vez mais, ganham espaço como vetores de desenvolvimento, como exemplo de aprendizado político, que tem como cerne da questão; a vida local e seus problemas, e nisso é que consiste a essência do Município.

Os vereadores têm quatro funções principais, segundo Sandro Hoice (2013, p.1):

1. **Função Legislativa:** consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis buscando organizar a vida da comunidade.
2. **Função Fiscalizadora:** o vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza por meio do pedido de informações.
3. **Função de Assessoramento ao Executivo:** é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas).
4. **Função Julgadora:** a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do prefeito e dos vereadores.

Cabe, portanto, aos vereadores o papel de fiscalizar a atuação do gestor público na administração das finanças do município, “atentando principalmente para o cumprimento da legislação acerca da contabilidade pública e da responsabilidade fiscal, a correta utilização do dinheiro no atendimento das necessidades sociais e o equilíbrio entre receitas e despesas” (O VEREADOR, 2009, p.26).

A necessidade de se estabelecer um controle dos gastos públicos não tem sido tarefa fácil, haja vista as várias formas que os gestores têm utilizado para burlar os mecanismos legais. Porém, o certo é que, se houvesse uma fiscalização rigorosa dos poderes legislativos, não haveria tanta corrupção.

Nesse contexto, a ação do Poder Legislativo municipal na fiscalização dos gastos públicos é fundamental para garantir que a sua aplicação esteja de acordo com os interesses coletivos. É importante salientar que o vereador quando controla a atuação do gestor público municipal está, na verdade, cumprindo uma obrigação fixada pelo texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual estabelece em seu art. 31 que a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo(O VEREADOR, 2009, p.8).

Para exercer sua função fiscalizadora e legisladora, o vereador deve estar inteirado dos recursos que o município arrecada, incluindo os de convênios que não devem ser assinados pelos prefeitos sem o aval das câmaras municipais. Porém, o que se observa é um total desconhecimento por parte dos vereadores sobre a arrecadação e os gastos do município.

As câmaras municipais são mais antigas do que o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas brasileiras. A primeira delas foi instalada por Martin Afonso de Souza na capitania hereditária de São Vicente, em 1532, e ficou conhecida como “Câmara Vicentina”. No Brasil colonial, embora os poderes constituídos fossem bastante precários, não se pode desconsiderar o valor e a importância das câmaras de vereadores. Nesse período, os proprietários de terras se constituem os verdadeiros chefes das colônias e também os vereadores, segundo Prado Junior (1994, p.30):

[...] são as colônias que explicam a importância das câmaras municipais, se constituem a verdadeira e quase única administração da colônia. [...] o poder das câmaras é, pois, dos proprietários rurais. Seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fixando salários e preços das mercadorias; regularem o curso e valor das moedas, proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com eles celebrarem pazes [...] chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios.

Na visão de Vilaneto (2006), a força do municipalismo resultou de dois elementos básicos: o patriarcalismo e o latifúndio, os quais favoreceram o poder das aristocracias rurais sobre as câmaras municipais, contribuindo, em grande parte, para consolidar, por quase três séculos, “sua unidade territorial e política, a união das famílias formando o *Município*, e a união dos municípios formando o Estado” (VILANETO, 2006, p.25).

A situação atual demonstra que a autonomia dos municípios relativa aos tempos das colônias mudou radicalmente. Embora antes fossem subordinados aos proprietários rurais, contudo, mantinham certo poder e autonomia na fixação de leis e regulamentos; hoje são dependentes do poder executivo que os subordina a troco de apoios. Esta dependência torna os vereadores reféns do executivo. Este tem sido, talvez, o maior entrave para o exercício do papel dos vereadores. Mesmo assim, os/as vereadores/as continuam sendo vistos como representantes do povo, defendendo seus interesses e contemplando suas reivindicações coletivas por meio da elaboração e aprovação de leis ou normas legais que irão assegurar o desenvolvimento social, educativo, econômico, cultural e político aos munícipes. São os vereadores que fazem a articulação entre a população e o/a prefeito/a. Cabe a eles, a função de fiscalizar o trabalho do Executivo, garantir seriedade na aplicação dos recursos públicos. Para tanto, devem participar das discussões sobre o orçamento; realizar audiências públicas com temas de interesse coletivo, a fim de criar e fortalecer o debate público de interesse da população.

### 3. Ação Política das Vereadoras em Senador La Roque e Chapadinha/ Maranhão

No Maranhão, conforme demonstrado na Tabela 1, foram eleitas 435 vereadoras e 1923 vereadores nos 217 municípios. As mulheres contabilizam em torno de 18,44% da representação política nas diversas câmaras.

Tabela 1: Vereadores Eleitas no Maranhão						
	2012		2008		2004	
<b>Mulheres</b>	435	18,44%	334	16,82%	253	16,55%
<b>Homens</b>	1.923	81,56%	1.652	83,18%	1.275	83,45%
<b>Total</b>	2.358	100,00%	1.986	100,00%	1.528	100,00%

Fonte: Ferreira (2013, p.48).

Observa-se na tabela 1 que houve um pequeno aumento no percentual de mulheres eleitas de 2008 em relação à última eleição de 2012. Dos municípios que elegeram o maior número de mulheres em 2008, se destacam Senador La Roque, Amarante, Benedito Leite, Pedro do Rosário, Santana do Maranhão, Barreirinha e Chapadinha. Apenas nos dois primeiros as mulheres constituíram maioria e em trinta e seis municípios não foi eleita nenhuma mulher. Muitas dessas câmaras hoje são presididas por mulheres que começam a alterar as relações de gênero nestes espaços antes dominado pelos homens. Foi o que observamos em Senador La Roque e Chapadinha.

#### 3.1 Vereadoras no Município de Chapadinha/MA

O Município fica a 252 km da capital São Luís com uma população de 73.350 mil habitantes, conforme dados do último censo (2010). Sua primeira denominação foi Chapada das Mulatas devido à configuração do terreno e à tez das mulheres da região. A atual sede do município teve origem no ano de 1783, quando os primeiros moradores se fixaram no lugar conhecido como Aldeia, hoje localizado dentro dos limites da cidade. Em 25 de setembro de 1802, foi criada por provisão régia a freguesia

de Nossa Senhora das Dores, subordinada à jurisdição da paróquia de Vargem Grande, então Comarca.

A Câmara Municipal de Chapadinha em 2008 era presidida por Maria das Graças Nunes e tinha um total de 10 vereadores, sendo 6 Homens e 4 Mulheres. No atual mandato, a câmara alterou para 15 o número de vereadores eleitos, sendo 10 homens e 5 mulheres. Proporcionalmente, as mulheres perderam cadeiras tendo em vista que nas eleições de 2008 eram 4 mulheres entre os 10 eleitos.

No período em que foi realizada a pesquisa - janeiro de 2011 - Chapadinha era administrada pela Prefeita Danubia Loyane Almeida Carneiro, sendo vice-prefeito Antônio Coelho da Silva, ambos do Partido Republicano. Eleita com 14.956 ou 41% dos votos, a prefeita foi empossada após a cassação do registro da candidatura do ex-prefeito Isaías Fortes Meneses (PP) -- candidato mais votado (15.373 votos) em disputa pelo quarto mandato, contudo, foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mediante recurso do Ministério Público sobre irregularidade de prestação de contas.

No período 2000 a 2012, Chapadinha teve 15 vereadoras e 56 vereadores. Na Tabela 2, observa-se que nas eleições de 2008 ocorreu o maior número de mulheres eleitas, correspondendo a 40% da câmara. E na última eleição – 2012 - o percentual de mulheres eleitas representou apenas 20% tendo em vista o aumento do número de vereadores/as ampliado de dez para quinze.

Tabela 2 - Total de Vereadores Eleitos Chapadinha								
	2012		2008		2004		2000	
<b>Mulheres</b>	3	20%	4	40%	3	37,50%	5	38,46%
<b>Homens</b>	12	80%	6	60%	5	62,50%	8	61,54%
<b>Total</b>	15	100%	10	100%	8	100%	13	100%

Fonte: Ferreira (2013, p. 57).

No mandato de 2008-2012 – período de realização da pesquisa - a Câmara Municipal de Chapadinha era composta de 10 vereadores, sendo seis vereadores e quatro vereadoras. Nesse período, a Câmara Municipal era presidida pela vereadora Márcia de Jesus Rocha. Os vereadores/as

representavam vários partidos, sendo o PDT e PTB os que tinham a maior bancada.

Na pesquisa, procuramos saber se existia uma escolha eleitoral marcada pelo gênero. Nesta intenção, a população foi arguida sobre ter votado em vereador ou vereadora: 62,96 dos informantes votaram em homens e 37,04 em mulheres. Esta informação traduz o contexto da política local, em 2008, com a eleição de seis homens e quatro mulheres. Na sequência, foi questionada a população sobre as motivações da escolha do voto: era o melhor candidato(37%); um parente indicou(13%); prometeu algum benefício(12%); devia algum favor ao candidato(4%)<sup>2</sup> – neste contexto, ressalva-se que 12% enfatizaram ser a escolha motivada pelo partido.

Uma questão central da pesquisa era saber se a população percebia algum tipo de particularidade ou diferença na atuação de vereador ou vereadora. A maioria (74% dos entrevistados enfatizou que não há diferença; 26% disseram haver alguma particularidade ou diferença na atuação das vereadoras e vereadoras – diferença percebida, sobretudo, pelos entrevistados do Centro, em sua maioria, mulheres. A exemplo, destacamos:

- A mulher é menos corrupta e é mais carinhosa; - As mulheres têm mais afinidade com as pessoas - Os homens representam apenas os homens, as mulheres representam as mulheres; - Elas assumem mais, trabalham mais e cobram mais que os homens- As vereadoras entendem a população melhor.

### 3.2 Vereadoras no Município Senador La Roque/MA

Antes denominado povoado Mucuíba e ligado ao município de João Lisboa/MA, em 10 de novembro de 1994, foi emancipado pela Lei 6.169/94, passando então a ser denominado de Município Senador La

<sup>2</sup> Os itens referentes à **promessa de benefício e a dever favor ao candidato** somam 16% e representam a realidade da motivação e escolha de grande parte dos votantes, que fazem do voto moeda de troca. A eleição para prefeito/a e vereador/a no Maranhão tem sido cada vez mais mercantilizada e os eleitores não têm receio de enfatizar essa situação.

Rocque, em homenagem a Henrique de La Roque – deputado, advogado, jornalista e senador maranhense( legislatura de 1975 a 1983).

A primeira eleição realizada no Município de Senador La Roque foi em 1996, sendo eleito o senhor Alfredo Nunes da Silva. Mas, logo muitas denúncias foram registradas, ocasionando ao prefeito a perda de legitimidade – situação agravada pelo fato de, neste período, ter sido reduzido o território do Município, causando cessão de espaços para os vizinhos Buritirana e João Lisboa e redução da população para 14.550 habitantes(SENADOR, 2013).

A população estimada para 2010 era de 17.998 habitantes, embora não tenha sido alterada, conforme informações do IBGE. A maior parte da população vive da agricultura de subsistência e em muitas comunidades rurais em situação de pobreza extrema. O índice de desenvolvimento humano de Senador La Roque é um dos mais baixos do Maranhão 0,588 (PNUD/2009).

As denúncias de descaso público em Senador La Roque são inúmeras. Algumas estão disponíveis na rede de internet onde é possível ouvir as reclamações das agentes de saúde que, além dos salários atrasados, reclamam da falta de condições mínimas de trabalho e de material básico para acompanhamento da saúde da população (SENADOR, 2011b). Situação semelhante foi observada neste município em uma das visitas realizadas ao Município em novembro de 2012, quando registramos uma passeata de professores que reivindicavam salários atrasados. Segundo Jailson Brito da Silva, presidente do Sindicato de Professores, a situação de Senador La Roque é caótica, há carência em todos os lados, é um município que não tem governo. Não é somente os salários dos professores que estão atrasados, o salário dos vereadores também. Isso porque segundo Jailson Silva (2012):

[...] os recursos públicos têm atendido outros interesses e não o público porque se tivesse atendendo os interesses públicos, nós não estaríamos em greve, a cidade teria obras pra ser mostrada e não há nada disso. Então, é sinal de que há uma desvirtuação na aplicação dos recursos público da parte do prefeito, infelizmente.

O município de Senador La Roque tem 19 anos de emancipado. E, ao longo de sua criação vivenciou cinco eleições municipais. Durante esse período, foi o município maranhense que proporcionalmente mais elegeu vereadoras. Nas três últimas legislaturas, elegeram-se 18 mulheres e 14 homens (cf. Tabela 3). Embora a proporção de mulheres tenha diminuído na eleição de 2012 – considerando que em 2008<sup>3</sup> as mulheres contabilizaram 66,7% da representação na Câmara Municipal –, o percentual foi de 54,54%. Ainda assim, continuam sendo maioria das representantes do povo, fato que no Maranhão se compara ao município de Brejo, o qual também alcançou o mesmo percentual na eleição de 2012.

3 Nas eleições de 2008, o Município se destacou no cenário nacional ao eleger seis mulheres entre os nove vereadores eleitos. Foi uma das únicas câmaras de vereadores em todo o território nacional a ter maioria mulheres.

Tabela 3 - Total de Vereadores Eleitos Senador La Roque								
	2012		2008		2004		2000	
<b>Mulheres</b>	6	54,54%	6	67%	4	66%	2	34%
<b>Homens</b>	5	45,46%	3	33%	2	34%	4	66%
<b>Total</b>	11	100,00%	9	100%	6	100%	6	100%

Fonte: Ferreira (2013, p. 87).

Neste sentido, Alves (2012, p.4) ressalta que:

[...] embora a exclusão feminina na política seja grande na maioria dos municípios brasileiros, existem exceções, pois em um número pequeno de cidades as mulheres são maioria dos vereadores ou dividiam paritariamente as cadeiras da Câmara Municipal. No município de Dias D'Ávila, na Bahia, as mulheres conquistaram 70% das vagas da vereança municipal, em 2008. [...]. Outro destaque nas eleições de 2008, foi o município de Senador La Rocque, no Maranhão, que elegeu 6 mulheres num total de 9 vagas (66,7%)

Em se tratando de Senador La Roque, esses percentuais constituem uma exceção e retratam algo novo e até mesmo inusitado, haja vista

a cultura patriarcal que vigora em todos os municípios maranhenses e brasileiros reproduzindo velhas ideologias responsáveis pela exclusão da maioria --, considerando-se que 51% da população é composta por mulheres e que proporcionalmente também são maioria do eleitorado brasileiro. Por outro lado, entretanto, esses fatos não têm incidido no aumento do número de cadeiras ocupadas por mulheres nas instâncias de poder, tanto nos legislativos quanto nos judiciários e executivos.

Nas visitas realizadas em Senador La Roque, ouvimos cinco das seis vereadoras eleitas e um vereador. Assim também, a população entrevistada sobre o que pensavam da ação das mulheres na Câmara Municipal. Refletido em diversos depoimentos, o olhar da população revela alguns elementos importantes para pensar o poder das mulheres.

Nas entrevistas, percebemos que as vereadoras de Senador La Roque têm clareza de seu papel político. As respostas se assemelharam quando enfatizavam que cabe ao vereador/a “Defender os interesses do povo e fiscalizar. Procurar fazer projetos”. “Fiscalizar e legislar, isso é que define a atuação do vereador”.

Para uma das vereadoras entrevistadas o papel do vereador(as) é:

[...] responder pelos interesses do povo, de fiscalizar, buscar e cobrar. Até porque quando a gente sobe no palanque, a gente diz que vai defender. Depois que se elegem, percebo que alguns colegas começam a defender o prefeito. Atribuo as mazelas e descaso da administração pública do município a própria câmara que não busca, não fiscaliza e não defende os interesses do povo. Continuo na oposição (Vereadora 1, 2012)

Mas as vereadoras também criticam a forma como atuam em virtude das carências do município, por esta razão o papel dos vereadores se volta em grande parte para o trabalho assistencialista. Este fato é mencionado por todas as vereadoras entrevistadas que consideram esse o maior entrave para a realização de seu trabalho. O assistencialismo é, segundo uma delas, um empecilho para o trabalho político da vereadora porque “vamos deixando de lado o nosso verdadeiro papel que é legislar

e fiscalizar o poder público, que fica a desejar”. Esse problema também é visto pela segunda vereadora entrevistada que também acrescenta o fato de ser mulher:

Tenho consciência de que minha atuação fica muita coisa a desejar. Quando coloco a cabeça no travesseiro, sei que deixei de fazer muita coisa. Também vem o lado da mulher que entra na política. Já atuo há 8(oito) anos. Nesses últimos 4(quatro) anos, muita coisa passou em branco, a gente vê que deixou de fiscalizar, de atuar mais como legisladora. As coisas se tornam muito mais difíceis, quando se trata da mulher (Vereadora 2, 2012).

Os limites do trabalho dos vereadores, principalmente em cidades pequenas, é fato, principalmente em municípios cujas carências são visíveis, caso que se aplica a Senador La Roque. Por ser um município com indicadores sociais baixíssimos, carece de extrema dependência de políticas públicas. A ausência de políticas públicas obriga as vereadoras/es a suprirem de forma assistencialista esse papel. O depoimento da terceira vereadora ilustra essa situação:

O vereador pelo menos em cidade pequena faz o papel de tudo. Ele é um assistente social, leva as pessoas para o INSS pra garantir os direitos daquela pessoa na previdência. Ele leva para o posto de saúde dentro do seu próprio carro. Leva as mulheres pra ganhar nenê. É um assistencialista na verdade e faz o que é dever o município(Vereadora 3, 2012).

Observamos que as bandeiras de campanha giram em torno dos direitos sociais, haja vista as carências dos municípes. Este se constitui o principal foco, mas há vereadores defendendo a questão da qualificação profissional dos professores, há luta pela construção de maternidade para que as crianças possam nascer no município de Senador La Roque, conforme enfatiza a vereadora 1 “pois toda criança daqui nasce em Imperatriz”. Enfim, as bandeiras tocam em um ponto central: a cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o papel de uma vereadora deve ser: lutar pela democratização das relações domésticas; combater a violência de gênero; criar legislação que possibilitem mudanças nos cotidianos das mulheres, incluindo, entre outras, estruturas públicas como: creches, políticas de formação, políticas de saúde, casas de partos.

É bastante comum ouvir comentários sobre a necessidade de as mulheres romperem com a timidez para chegar às tribunas das câmaras e assembleias ou para chegar ao poder, porém, é importante observar que a construção do sujeito é parte de um projeto político que a sociedade sempre pautou em torno dos homens, negando às mulheres, para desenvolverem sua autonomia, as mesmas oportunidades dadas aos homens. Observamos isso deste a constituição dos estados nacionais: às mulheres foi repassada a ideia de que não sabiam legislar, não sabiam determinar, governar. “Lugar de mulher é cuidando de filhos e do marido”, esta frase fazia eco na sociedade de então. Mas as mulheres disseram não! Disseram não, em passeatas, discursos, greves e inúmeros movimentos que se travaram no Brasil no século XVIII, XIX, XX e continuam no século XXI.

A luta iniciada há três séculos aponta alguns resultados que consideramos positivos, embora ainda não se tenha alcançado a paridade na representação política. As mulheres representam no Brasil apenas 12% das vereadoras e no Maranhão 18%. São essas mulheres que estão nas Câmaras Municipais que começam a dar respostas buscando superar as desigualdades de gênero com projetos voltados para a construção da igualdade.

Observamos que as transformações neste campo são lentas como demonstram os dados. É necessário que as ações do estado interfiram de forma mais incisiva na política para que se possa ampliar a presença de mulheres nas câmaras municipais. Para tanto, os partidos e as câmaras municipais devem abrir um amplo debate para pensar a sociedade sob o olhar das mulheres, e assim transformar as relações de gênero e poder.

O processo de superação será facilitado com a presença de um maior número de mulheres no poder, dividindo o espaço do legislativo de forma paritária. Isso foi possível perceber na Câmara Municipal de Senador La Roque onde as mulheres são maioria e atuam sem constrangimentos e com desenvoltura.

Neste estudo, é possível perceber que a ação das vereadoras maranhenses não passa mais despercebida: há inquietação dos pares sobre como as mulheres atuam; a sociedade assim como os próprios vereadores reconhecem a qualificação e preparo das mulheres ao exercício de vereadoras e prefeitas, dada a formação superior que a maioria delas tem. Observamos que municípios como Senador La Roque, Matões e Chapadinha grande parte da população percebe diferenças e singularidades no tratamento que as vereadoras dispensam à sociedade local. Em Chapadinha, a população consegue perceber diferenças no trabalho dispensado pelas mulheres no atendimento ao público, no modo de falar e até de atender as demandas. Ao enfatizarem que a mulher é menos corrupta, é mais carinhosa e que os homens representam a si mesmos, pois dá pouca atenção as questões do cotidiano das cidades, a população está expressando que existem diferenças no tratamento e assim vai construindo gradativamente uma diferença de gênero na ação dos vereadores e vereadoras.

Em Senador La Roque, é notória a desenvoltura com que as mulheres agem no espaço da Câmara Municipal. Nenhuma afirmou ter sofrido algum tipo de constrangimento. As falas e as formas de interlocução das vereadoras destes municípios demonstram o quão é importante estabelecer a paridade para que as mulheres se sintam mais seguras e possam agir igualmente, neste espaço considerado até bem recentemente como espaço de homens.

Assim, o projeto de construção da igualdade de gênero, que os movimentos sufragistas e feministas lutam há mais de dois séculos, tem nas Câmaras Municipais um *locus* privilegiado para a transformação da vida das mulheres, mediante o fortalecimento do poder local e sua repercussão no poder global.

## REFERÊNCIAS

- ADMINISTRANDO o município. Departamento DPU/SURBAM. Ago./1988. Disponível em: <<http://nutep.ca.ufrgs.br/pesquisas/munis3.htm#APRESENTAÇÃO>> Acesso em 26 fev. 2012.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. “Gênero, política e representações sociais: a presença das mulheres em cargos parlamentares, nas eleições de 2006, no Pará”. In: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). *Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste*. São Luís: EDUFMA, 2012. p.89-136.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O avanço da mulher na eleição e o déficit de gênero. *Vermelho portal*. 11. Nov. 2012. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=198600&id\\_secao=1](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198600&id_secao=1). Acesso em: 26 fev. 2013.
- BLAY, Eva Alterman. *As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Limitada, 1979. 63p.
- ELEIÇÕES 2012 em números. G1 16.10.2012. <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/eleicoes-2012-em-numeros.html>> Acesso em: 12 de novembro de 2012.
- ESCANDIUZZI, Fabricio. *Número de mulheres eleitas em todo Brasil registra recorde*. 9 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/numero-de-mulheres-eleitas-em-todo-brasil-registra-recorde,82b81cc32a55b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> - Acesso em: 6 de abril. 2013.
- FERREIRA, Maria Mary. *As caetanas vão à luta; feminismo e políticas públicas no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2010. 230p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004,79p.

HOICE, Sandro. Atribuições do vereador. Disponível: <http://www.drssandro.org/duvidas/atribuicoes-dos-vereadores>. Acesso em: 7 de maio de 2013.

MENICUCCI, Eleonora. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, v.2, n.4. 2012.

O VEREADOR e a fiscalização dos recursos públicos municipais / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Brasília: CGU, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REBIEN, Airton Roberto; AMORIM, Adriana Viegas de. Controladoria na Administração Pública Municipal: estudo e modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/Rs. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18. **Anais...** Gramado (RS), 24 a 28 de ago. 2008. Disponível em: <http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/136.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

RODRIGUES, Fernando. PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos em 2012. 28.10.2012 Uol Noticias Política. <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2012/10/28/pmdb-e-o-partido-que-mais-elegeu-prefeitos-em-2012/>

SENADOR La Roque Maranhão. Disponível em: [http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ma/senador\\_la\\_rocque](http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ma/senador_la_rocque). Acesso em: 24 jan. 2013

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

SILVA, Jailson Brito. Situação socioeconômica de Senador La Roque e ação política das mulheres(gravação). Entrevista concedida a Mary Ferreira. Senador La Roque, fev. 2012.

VILANETO, Quincas. *O Município e a Câmara Municipal*. Caxias (MA): Câmara Municipal de Caxias, 2006.